

# Amazônia no centro da Unasul

Avanço de investigação em curso no doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, campus de Araraquara/SP.

Globalización, integración regional y subregional

Ponencista: Rogério Pereira de Campos

## Resumo

A busca por unificação em suas diversas formas traz o desafio atual da Unasul e de seus países membros, seja social, institucional, político ou econômico. Em contradição a este conceito, vemos uma Amazônia, território globalizado por pertencer a oito países diferentes e sem a possibilidade de uma real demarcação fronteiriça, não estar presente no centro dessa discussão.

A Amazônia deve receber uma atenção especial em função de sua importância global, na tentativa de proteger e explorar de forma sustentável seus recursos. Ao contrário do modelo proposto para o crescimento do bloco sul-americano, a floresta tropical, seus recursos e habitantes devem estar no centro dessas discussões.

**Palavras-chave:** Amazônia; Unasul; Sustentabilidade

## Descentralidade política na América do Sul

A busca por unificação e cooperação entre os países do subcontinente sulamericano tornou-se meta principal na criação da Unasul<sup>1</sup> em 2004, levando-se em conta a presença anterior de dois grandes blocos econômicos, a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Diversos problemas ocorriam na relação entre esses blocos, como a falta de comunicação política e econômica e relações comerciais que fossem benéficas a ambos.

O debate sobre a influência política do Brasil nos demais países da região é colocado como um ponto de inflexão na horizontalidade política necessária ao longo de todo o século XX e também no atual. A disparidade entre economia, tecnologia e dimensão cria nos vizinhos uma trajetória marcada pela dominação do período militar pelo qual todos os países da América Latina passaram. O termo hegemonia ou sub-hegemonia é utilizado por alguns autores como Pinheiro (2004), Boito Jr. (2003), Senhoras & Vitte (2006), entre outros, para justificar este afastamento das demais nações sul-americanas no debate sobre integração.

As perspectivas políticas existentes desde o surgimento do Tratado de Cooperação Amazônica (1978) até o primeiro mandato do presidente Lula (2002) eram fracas e não avançavam em condições de melhorar e aproximar regionalmente em nenhum momento. A predileção comercial e política dos países do Atlântico pelo comércio com o Ocidente (Estados Unidos e Europa), assim como dos países do Pacífico com o Oriente (Ásia e costa oeste dos Estados Unidos) traçavam metas divergentes nas políticas externas. Somente após mudanças na ordem política e social na América do Sul houve avanços neste sentido.

Independente de ideologias políticas e parcialidade, somente o alinhamento de todos os países e com governos com projetos similares foi-se possível criar uma abertura dos dois blocos econômicos para um maior contato e troca. O cenário obtido pelo governo Lula e todos os outros da região foi o

---

<sup>1</sup> O tratado geral da Unasul somente entrou em vigor em 11 de Março de 2011, após a ratificação da maioria dos membros que compõe a entidade.

ideal para concretizar o projeto da Unasul, assim como o início de crises econômicas advindas dos grandes centros econômicos mundiais e a heterogeneidade comercial disseminada por mercados emergentes, principalmente na Ásia com China e Índia.

A diferença presente entre o PIB dos países da região também traz problemas na questão da paridade comercial, onde o Brasil representa metade de todo o poder de compra da América do Sul (US\$ 2.324 bilhões do Brasil frente US\$ 2.470 bilhões de todos os outros países somados)<sup>2</sup>. Essa grande diferença monetária gera um déficit na balança comercial que negociam com o Brasil, assim como uma dependência da política econômica desse país, onde variações financeiras de simples ajustes para o Brasil podem se tornar traumáticos para os demais países, como pode ser verificado no caso de Itaipu com o Paraguai e do gás natural com a Bolívia.

A contrapartida nesta disparidade precisava ser compensada de outra forma, que seria a participação de investimentos de cada país no projeto Unasul, onde a maior economia teria de realizar os maiores aportes financeiros na região, o que é combatido com grande esforço pelo governo brasileiro. Podemos verificar que este modelo é de desagrado para o Brasil se observarmos o sistema adotado no Mercosul ao longo dos anos, onde apesar das diferenças no PIB, todos os países contribuem para sua secretaria de forma igualitária, denotando maior esforço financeiro das menores economias, no caso Paraguai e Uruguai (Guimarães, 2012).

Países	PIB (US\$ mi)	Carga tributária	Arrecadação (US\$ mi)	Contribuição (US\$)	% da Contribuição
<b>Argentina</b>	370.263	19,9%	73.682	615.472	0,00000835
<b>Brasil</b>	2.143.034	25,0%	535.758	615.472	0,00000115
<b>Paraguai</b>	18.331	14,8%	2.702	615.472	0,00022761
<b>Uruguai</b>	39.412	25,4%	10.010	615.472	0,00006144
<b>Mercosul</b>	2.571.040	-----	622.152	2.461.888	0,00000396

Tabela 01: participação econômica dos países no Mercosul.

Fonte: GUIMARÃES, S. P., 2012. Op. cit.

Nesse modelo em funcionamento, o grande esforço financeiro para o desenvolvimento do Mercosul acaba sendo cobrado de Paraguai e Uruguai e não do Brasil, como pode ser visto na porcentagem de contribuição de cada país. O impacto financeiro para uma economia frágil como a do Paraguai é elevado, e o retorno é o mesmo para todos os outros Estados. O que Guimarães propõe para reparar essa falha é uma participação financeira diretamente ligado à capacidade relativa de contribuição, onde nesse caso o Brasil deveria assumir 75% dos investimentos, Argentina 15%, Uruguai 6% e Paraguai 4%.

Esses impactos são menos sentidos dentro da CAN, justamente pela maior equidade entre os membros, as economias desses países possuem valores similares e políticas mais claras de investimentos. Essa comparação pode ser feita pela simples observação do acesso aos balanços de investimentos disponíveis na internet de cada bloco, onde a CAN disponibiliza a movimentação

<sup>2</sup> Dados referentes a 2011, segundo o CIA World Factbook.

financeira de cada membro anualmente de forma clara, enquanto que dados sobre os mesmos tópicos no Mercosul nem sempre estão disponíveis.

O tempo de funcionamento de cada organização também interfere no funcionamento, visto que a CAN existe desde 1969 e o Mercosul somente iniciou suas atividades em 1991. A maior aproximação entre os países de cultura andina também traz benefícios no diálogo político, com metas mais próximas do que os países do bloco do Atlântico. Disputas econômicas e políticas entre Argentina e Brasil sempre gerou impactos negativos na região ao invés de alimentar uma concorrência salutar. As metas propostas por cada país deste grupo se afastam de um interesse de grupo, o que gera lentidão em políticas comuns.

O surgimento da Unasul nesse cenário traz uma nova possibilidade de debate e desenvolvimento regional, porém exigindo mudanças nas posturas de todos os países. Os modelos anteriores de integração não podem mais se adaptar ou se encaixar dentro de um único bloco, assim como estratégias de desenvolvimento regional exigem mudanças nas políticas de inserção internacional de alguns países como Chile, Colômbia e Peru.

O surgimento de um Parlamento da Unasul é o primeiro passo para a expansão de debates políticos entre todas as nações sul-americanas, uma instituição supranacional com poder de decisão político e jurídico para atuar diretamente em todo espaço do bloco. Neste espaço, a horizontalidade do debate deve ser o principal aspecto constitutivo da entidade, visando a criação de leis e normas em prol do desenvolvimento da América do Sul. Essa descentralização faz-se necessária, não pejorativamente como é utilizada no aspecto de desorganização e desarticulação política, mas sim na esfera de reduzir os interesses de cada país em prol do desenvolvimento coletivo, exigência primaz de um bloco que almeja ser não somente econômico, mas político e social.

### **Centralidade da Amazônia**

Mesmo sem levar em conta questões ideológicas, apologéticas ou predileções ambientalistas do cenário político atual, devemos levar em conta a primeiro momento a centralidade da Amazônia geograficamente. Com cerca de 7,5 milhões km<sup>2</sup>, ocupa um território de mais de 40% da América do Sul e parcelas dominantes em diversos países da região (75% do território da Bolívia, 74% do território do Peru, 58,5% do território do Brasil e 45% do território do Equador)<sup>3</sup>. Trata-se de uma área compartilhada entre oito países, todos estes membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a OTCA<sup>4</sup>, idealizada para criar um cenário político aberto de debates entre esses governos.

Ao contrário do que deveria ser executado, a OTCA nunca foi protagonista sobre políticas comuns para a região amazônica, estando submetida a diferentes esferas de poder de todos os países que a compõem, o que gera uma falta de articulação e atividade da entidade. O debate multinacional deveria se valer da instituição para atuar na região florestal de forma coletiva, não somente executar ações pontuais em locais específicos, abrindo precedentes para impactos secundários, em regiões que não pertencem a este país.

A proposta inicial da OTCA deveria reivindicar a liderança na organização, proteção e utilização sustentável da floresta amazônica, coordenar políticas de desenvolvimento regional em busca de melhorias nas condições sociais e buscar explorar o potencial presente na região. Mesmo com o impulso inicial e o entusiasmo proporcionado pela Rio-92 e as metas definidas pela Agenda 21, a entidade reinaugurada não conseguiu criar uma plataforma política viável ao funcionamento

---

<sup>3</sup> AMAYO ZEVALLOS (org.). Op. Cit.

<sup>4</sup> Criada em primeiro momento como TCA (Tratado de Cooperação Amazônica) em 1978, ficou sem grandes atividades durante anos até ser revitalizada como OTCA em 1995, no cenário favorável pós Rio-92 e Agenda 21. São seus países membros: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

supranacional, que possibilitaria estruturação regional. Essa inviabilidade em um cenário errático da política da América do Sul imobilizou seu desenvolvimento.

A questão econômica também foi um entrave para a entidade, sendo que a maioria dos países da região viviam recessão e incertezas no recente cenário do neoliberalismo mundial. O investimento incerto em políticas ambientais e projetos inovadores não traziam grandes aportes financeiros para avançar em questões como pesquisa e desenvolvimento de produtos tropicais, exploração de madeira de baixo impacto, recursos hídricos, fármacos e inúmeros outros, de grande valor agregado na atualidade.

Os primeiros grandes investimentos em projetos liderados pela OTCA partiram de países não tropicais, como Estados Unidos, Suíça, Suécia, Noruega, Japão e entidades como a OEA (Organização dos Estados Americanos), Banco Mundial e Fundo Mundial de Proteção do Meio Ambiente. Na década de 1990, estes responderam por cerca de 90% dos recursos investidos em pesquisa e desenvolvimento sócio ambiental na Amazônia.

Na virada do milênio, uma mudança no direcionamento político e econômico da região possibilitou um novo fôlego para a OTCA, com maior participação direta dos países membros, aumento de investimentos diretos e uma reaproximação entre os governos da América do Sul. Essa aproximação política permitiu definir de forma coerente metas para a floresta de forma estrutural, envolvendo também as comunidades inseridas. Este foi o primeiro momento no qual a questão sócio ambiental tornou-se relevante na pauta de trabalho da organização, coincidindo com a chegada de governos de orientação de centro-esquerda na política sul-americana. Este momento oportuno da política regional e a crise dos países centrais, colocando em xeque o modelo de desenvolvimento almejado pelas outras nações, possibilitaram um novo impulso à OTCA.

Uma das grandes críticas do Relatório Brundtland<sup>5</sup> às políticas ambientais da maioria dos países do mundo é a separação ou afastamento destas questões da esfera política e econômica, como se fossem demandas independentes ou não conectadas. O neoliberalismo colocou a esfera econômica acima de todas as outras ao longo de quase duas décadas desde o consenso de Washington e afastou demais questões do debate político, criando uma defasagem de demandas e necessidades das mais diversas. O resgate dessas questões está sendo retomado nos anos recentes, porém com agravamentos em questões como sociais e principalmente ambientais.

A dificuldade para elaborar projetos ambientais perpassa diretamente pelo ecossistema diverso da floresta presente em cada região. A Amazônia não pode ser estudada como um manto uniforme e contínuo florestal como relata Ab'Saber (1996), Dourojeanni (2009) e outros pesquisadores. Uma análise de impacto ambiental possui variações gigantescas em diferentes locais da floresta, principalmente em parcelas da Alta Amazônia, a floresta de altitude presente nos países andinos. Essa subdivisão de ecossistemas não é delimitada pelas fronteiras nacionais, dessa forma inserções indevidas em um país geram impactos nessa região, prejudicando a outra nação e danificando a floresta como um todo. Cada comunidade que habita diferentes áreas pode contribuir com seu conhecimento *in loco* para estudos sobre impactos e possíveis usos sustentáveis dos recursos presentes.

A maior participação da sociedade nestas questões sensíveis exigiu um resgate pelos governos e uma revisão no modelo de desenvolvimento que vinha sendo aplicado pelos países. A visibilidade oferecida pelas redes sociais no mundo virtual aproximou pessoas e demandas diversas, ampliando a diversidade cultural e expondo carências distantes dos grandes centros econômicos, aumentando a insatisfação social e a busca por mudanças. Neste contexto favorável, a OTCA deve aproveitar e protagonizar a mudança necessária à Amazônia para sua inserção no território sulamericano de forma harmônica e benéfica a todos os países.

---

<sup>5</sup> Nome popular da obra *Nosso Futuro Comum*, relatório elaborado pela comissão de meio ambiente da ONU em 1987 e de grande impacto na questão ambiental mundial.

## Sustentabilidade e proteção na América do Sul

A questão sobre sustentabilidade está diretamente ligada aos recursos presentes em cada região amazônica específica e o interesse econômico global. Portanto, a possibilidade de proteger áreas florestais em alguns lugares do Brasil é bem diferente de adotar a mesma postura como no Peru ou no Equador, diretamente ligado a questões estratégicas de governos e transnacionais de grande aporte financeiro.

A Baixa Amazônia possui seus maiores recursos na superfície da floresta, madeiras, bioma, resinas e uso do território para criação de gado extensivo, entre outros, que trazem grande impacto na estrutura florestal coletiva, além de criar problemáticas com posse de terras por grileiros e corporações inescrupulosas. Esta é uma agressão visível, ainda que difícil de ser fiscalizada e detectada no cotidiano, porém que avançou de forma significativa no caso brasileiro nos últimos anos, onde os índices de desmatamento foram reduzidos em até 80% em 2011 em relação das médias anteriores anuais.

Na Alta Amazônia a agressão ocorre também na superfície com os mesmos problemas relatados anteriormente, mas com o agravante na questão de riquezas minerais localizadas abaixo da floresta, como minérios de ouro, prata, alumínio, ferro, manganês e cobre entre outros, além da presença em alguns locais de grandes reservas de óleo cru de petróleo e gás natural, principalmente em regiões específicas da Colômbia (Amazônia Colombiana), do Equador (Yasuni) e do Peru (Camisea). As pressões para a utilização destes recursos partem de diversos pontos, envolvendo o próprio governo de cada país, grandes corporações e grupos sociais que se beneficiam deste comércio.

Em alguns países os dados demonstram a gravidade da utilização do petróleo existente sob a floresta amazônica, como pode ser visto na tabela abaixo:

<b>Quantidade e superfície dos lotes petrolíferos na Amazônia, por país</b>				
<b>País</b>	<b>Superfície da Amazônia</b>	<b>Nº de lotes</b>	<b>Superfície dos lotes (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>% da superfície dos lotes</b>
Perú	782.820	92	659.937	84
Colômbia	483.164	102	193.414	40
Equador	116.284	14	24.957	21
Bolívia	479.264	55	73.215	15
Brasil	5.006.316	55	127.862	3
Venezuela	453.915	9	3.319	1
Guyana	214.969	0	---	---
Guyana francesa	86.504	0	---	---
Suriname	163.820	0	---	---
<b>TOTAL</b>	<b>7.787.056</b>	<b>327</b>	<b>1.082.704</b>	<b>15</b>

Fonte: Amazônia sob pressão (2012). Op. cit.

Nota-se o comprometimento à Amazônia principalmente nos casos de Peru e Colômbia, onde desastres na extração destes recursos terão impactos irreversíveis. Por outro lado, é um recurso econômico essencial para o alavancamento no cenário mundial. No Peru, Petróleo e minérios representam as maiores exportações do país, assim como também os maiores valores totais em dólares (cerca de 30% do total)<sup>6</sup>. Os governos não podem abrir mão desse orçamento, porém uma maior fiscalização e regulação do funcionamento destas explorações diminuiriam os riscos de acidentes ambientais.

O caso da mineração também é de extrema preocupação, pois as áreas de interesse representam 21% do território amazônico<sup>7</sup>. Em alguns países a exploração está acima desta média geral, como no caso do Brasil (27%) e da Guiana (67,5%). Além disso, as estimativas de pesquisa de exploração que o Equador em breve entrará nesta lista de super exploração mineral, superando até mesmo a exploração de petróleo existente na atualidade. O nível de impacto da mineração, principalmente ao sistema hídrico da Amazônia é muito alto, agravando situações de assoreamento, lixiviação e desertificação, além de mudança de curso do leito dos rios e o uso massivo de água na exploração e processamento dos minerais.

Isso levanta outro problema, o caso de exploração de forma ilegal de recursos minerais. Em torno de 15% de todo território existente em áreas de preservação ambiental possuem riquezas minerais, porém sem a permissão de exploração. Cria-se então o cenário favorável à grilagem e especulação, assim como de violência e conflito entre os usurpadores e os nativos e ribeirinhos presentes na área. A falta de fiscalização permite que tais invasões, com suporte de forte armamento obtido pelo tráfico fronteiriço, permitem a supressão dos habitantes locais e obtenção de recursos sem controle, criando ainda mais impactos à natureza.

São problemas presentes em todos os países, todas as fronteiras e, evidentemente, à região amazônica. Tráfico de drogas e armas, uso ilegal de recursos, exploração predatória, imigração irregular e conflitos sociais pela terra são temas comuns da agenda política regional e devem ser tratados de forma uníssona entre todos os governos.

Embora existam projetos inovadores e de pesquisa na região, como o Centro de Biotecnologia da Amazônia e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia no Brasil, Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana no Peru e o Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas Sinchi na Colômbia, e a atuação de ONGs buscando melhorar as condições de vida da população local, não há uma coordenação de projetos comuns à toda Amazônia, o que dificulta a preservação e utilização de seu potencial da melhor forma. Análises de ecoeficiência demonstram a possibilidade de exploração sustentável e de baixo impacto ambiental em diferentes atividades, porém a fiscalização e o incentivo dos governos são fundamentais, e neste ponto a OTCA deveria atuar como articuladora.

Existe uma falta de inovação em políticas públicas comuns visando à proteção, preservação e utilização dos recursos florestais na América do Sul, além da ausência de incorporação de custos sociais e ambientais na regulamentação e precificação de produtos e serviços oriundos desses ambientes, como aponta o relatório *Povos resilientes, Planeta resiliente* de 2012. O avanço do cenário político da Unasul pode facilitar essa implementação, desde que instituído de forma horizontal no debate dos problemas existentes para a região.

Temos então uma problemática comum a todos os membros da OTCA que possuem frações de floresta amazônica, precisando ser reorientada em termos de potencial, impactos e retorno social em cada caso. As mobilizações favoráveis de fontes externas são enormes, principalmente dos Estados Unidos e da Ásia (em especial a China), que demandam enormes quantidades dessas matérias primas. Mudanças devem ser implementadas de forma crescente, vindo do âmbito regional, reformas no

---

<sup>6</sup> Dados fornecidos pelo CIA World Factbook, referentes ao ano de 2011.

<sup>7</sup> Amazônia sob pressão (2012). Op. cit.

sistema nacional sobre o tema ambiental e o debate do bloco como um todo em busca de normatizações, proteção e utilização racional de cada recurso.

### **Impasses regionais**

Quando analisamos o econômico, como tratado acima, vemos a importância da região amazônica para a maioria dos países da América do Sul, fornecendo um aporte percentual significativo na economia das nações, principalmente na questão do petróleo, gás e minérios. Porém, quando lidamos com questões como preservação ecológica, segurança e questões socioeconômicas, o posicionamento dos governos para resolução desses pontos é distante ou mesmo ausente. Criou-se uma situação de exploração colonial em território interno, uma predação consciente do próprio território pelos países amazônicos.

Na região denominada Pan-Amazônia, correspondente a área total envolvendo ecossistemas componentes da floresta, vivem cerca de 34 milhões de pessoas, sendo que deste total quase 50% vivem abaixo da linha da pobreza estipulado pela ONU, que determina a quantia de US\$ 1,00 por dia por pessoa o limite inferior para avaliar tal quesito. No caso da Bolívia a porcentagem é ainda maior (60%), em contradição com a economia local, onde somente a mineração responde por 75% das exportações do país. Uma correlação com a fuga de capital nesta área econômica é a presença de transnacionais, que possuem 76% da exploração de minérios nas mãos, sendo a maior parte em regiões amazônicas.

A presença de capital externo traz um elevado montante financeiro para os governos da região, porém a população está distante da captação desses lucros, beneficiando dessa forma a estrutura do Estado sem o retorno social possível. Essa questão pode ser extrapolada para outros países como Colômbia, Equador e Peru no caso do petróleo e do gás natural; Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru no caso da extração florestal e todos os países da região nas questões biotecnológica e extrativista. Surge então um cenário de exploração predatória sem distribuição e também com privação, pois exclui os habitantes destes locais da participação da renda assim como veta a estes o uso dos recursos florestais para sua sobrevivência.

Trata-se de um processo de cercamentos, similar ao ocorrido na Europa no período da industrialização, com a exceção de que a expulsão dessa população local não será incorporada como mão de obra nas cidades, mas sim marginalizada na sociedade. A invasão do território parte de diferentes frentes, como a pecuária, a mineração, a exploração de petróleo, a extração irregular de madeira e a biopirataria. Essa expropriação, ilegal e danosa, é promovida em grande parte pelos próprios governos, defendendo interesses maiores da economia, sem analisar o impacto direto que acarretará sobre toda a sociedade.

Essas distorções afastam cada vez mais a região amazônica do restante da nação a qual pertence, criando ilhas de habitação em grandes cidades – sendo estas inspiradas em modelos europeus e claramente inadequadas ao clima e necessidades locais – deslocadas do ambiente ao qual estão inseridas. Assim como a questão social está deslocada do aspecto político e econômico na América do Sul, a Amazônia está afastada de seu território geopolítico nas nações que a pertencem. A correção deste distanciamento é o caminho mais seguro e coeso para a unificação da Unasul em um grupo ordenado e realmente funcional e uma nova perspectiva política, social, econômica e ambiental de se inserir no panorama global.

### **Bibliografia utilizada**

AB'SABER, A. **A Amazônia: do discurso à Praxis**. São Paulo, Edusp, 1996.

AMAYO ZEVALLOS, E. (org.). **A Amazônia e o Pacífico sul-americano e sua importância para o Brasil**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009. 216 p.

- BOITO JR., A. A hegemonia neoliberal do governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo\\_Lula.pdf](http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo_Lula.pdf)>. Acesso em: 05/06/2013.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991, 2ª ed.
- CAMPOS, R. P. **O fator (des) integrador da Amazônia e as relações Brasil – Peru de 2003 a 2008**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Araraquara.
- COMISION AMAZONICA DE DESAROLLO Y MEDIO AMBIENTE. **Amazonía sin mitos**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de desarrollo: Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo: Tratado de Cooperación Amazónica, 1992.
- DOUROJEANNI, M.; BARANDIARÁN, A.; DOUROJEANNI, D. **Amazonía Peruana en 2021: Explotación de recursos naturales e infraestructuras - ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significan para el futuro?** Peru, G y G Impresores, 2009.
- GUIMARÃES, S. P. Relatório ao conselho de ministros. **Comunicação e Política**, v. 30, n. 2, p. 181-190, 2012.
- LITTLE, P. E. **Megaprojetos en la Amazonía: un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía**. Peru: Realidades, 2013. 92 p.
- PAINEL de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. **Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha**. Nova York: Nações Unidas, 2012.
- PINHEIRO, L. A. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2004. 829 p.
- RICARDO, B. **Amazônia sob pressão**. RAISG-Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2012. 67 p.
- USA. **CIA World Factbook**, 2012.